

RELATÓRIO

E

CONTAS

2010



Handwritten initials and signatures in blue ink, including a large 'S', 'D.', 'af', and 'G'.

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCICIO DE 2010

No cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do **Código das Sociedades Comerciais**, e do artigo 26º, **Ponto 1 – al. g)** e **Ponto 2** dos **Estatutos da Empresa**, apresenta a administração dos **“TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM”** o seu **“Relatório Anual 2010”** e as **“Demonstrações Financeiras”** referentes à actividade desenvolvida pela empresa no exercício em análise.

0 – INTRODUÇÃO

Concluído o exercício de 2010 e dando cumprimento ao estipulado na lei e nos Estatutos desta empresa, cumpre apresentar o Relatório de toda a actividade desenvolvida pela actual Administração, centrando toda a análise nos objectivos determinados pelo accionista único (Câmara Municipal da Marinha Grande) em estrita e total cooperação com a Administração empossada em 15 de Março de 2010.

Em apenas 9 meses de trabalho, pensamos que foram total e integralmente atingidos todos os objectivos a que conjuntamente nos propusemos alcançar.



Handwritten initials and signatures in blue ink, including a large 'D' and 'F', and other smaller marks.

Assim, fomos confrontados com um Resultado Líquido negativo, obtido no exercício anterior (-2.469,11 €), essencialmente justificado por um erro grosseiro no cálculo das indemnizações compensatórias assumidas pelo accionista para subvencionar alguns utentes do Transporte Urbano (população em idade escolar e sénior, que adquirem bilhetes e passes a um custo inferior ao custo operacional). Por outro lado, foi previsto erradamente, aquando do lançamento do Transporte Urbano, um índice de utilizadores substantivamente superior ao verificado, sendo ainda importante destacar o facto de não se encontrar devidamente calculado o número de utilizadores subvencionados (que se revelou ser francamente superior ao previsto). Priorizamos desde logo um estudo económico de recálculo do valor que o accionista deveria suportar para fazer face a todos os desfazamentos mencionados. Tínhamos assim, apenas 9 meses para recuperar financeiramente as receitas do Transporte Urbano, sendo que 3 desses meses são por definição os meses de menor utilização, face ao período de férias escolares, onde os índices de utilização do Transporte Urbano evidenciam uma quebra de utilizadores assinalável.

Ainda neste domínio, importa destacar alguns factos que reportamos da maior relevância. Partindo do Estudo de Mobilidade existente que culminou com a inauguração em Julho de 2009 de duas linhas (circular Azul e Diametral Verde), foram implementadas algumas alterações pontuais em alguns horários, circuitos e paragens, para ir ao encontro de solicitações várias vindas dos utilizadores. Paralelamente, fizemos um levantamento exaustivo das necessidades de colocação de abrigos para passageiros, tendo o processo culminado com um investimento integralmente assumido pela TUMG de 22 abrigos, que foram colocados nos últimos meses do ano, por forma a proteger os nossos passageiros das condições climatéricas desfavoráveis. O princípio base que serviu de critério para a localização dos mesmos, foi o elevado grau de concentração de passageiros perto de zonas de grande procura (serviços de saúde, escolas e zonas comerciais). Este equipamento de mobiliário urbano, permitirá no futuro incluir adaptações para exploração de publicidade.



Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'AF', 'B', 'af', and 'af'.

No que respeita ainda a este sector de actividade da TUMG e partindo do referido estudo, procedemos a alteração radical de uma linha radial que serviria o lugar das Trutas, criando uma nova circular (vermelha), com pontos confluentes com a actual circular azul e desta forma passar a servir novas zonas (Cooperativa, Piscina, Escola J. Bear, Trutas, Pêro Neto, Embra, Nery Capucho, Centro Educativo, etc). No âmbito desta análise foi alterada substantivamente a linha Verde (que passará a ser circular) e servirá a população da Garcia, Figueiras, Boavista e Engenho. Transformamos a linha verde actual em duas radiais (nova linha amarela) que terá um circuito idêntico servido apenas por um minibus, que em horário alternado abarcará toda a área Casal Galego / Praceta do Vidraceiro versus Zona Industrial / ECC. Foi assim optimizado em termos de custos, atendendo a que a actual linha verde era servida por 3 minibus. Em Julho próximo com as mesmas viaturas criamos uma nova circular (2 minibus – circular verde) e duas radiais (linhas amarelas Norte e Sul – 1 minibus).

Assim, foi validado em Setembro pela empresa Perform Energia as soluções apresentadas pela TUMG. Em conclusão, poderemos dizer que com apenas um reforço de 2 minibus teremos 4 linhas que abarcarão 90% de toda a cidade da Marinha Grande.

No actual contexto económico que atravessamos, pensamos ter contribuído para criar um sistema de Transporte Urbano eficaz, rápido e extremamente acessível, que será implementado numa altura que motivará um crescimento de utentes que prevemos acima dos 20%.

Foi realizado um amplo trabalho de recolha de todos os activos não produtivos, e encontra-se planificada a alienação de todos eles, por forma a aumentar receitas e “limpar” a empresa de equipamentos totalmente obsoletos, que mais não eram que fontes de despesa.



Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'AF' and 'G'.

De igual forma recolhemos em conjunto com o accionista (nosso único cliente do parque de máquinas), todo um conjunto de informação acerca do estado das mesmas e da sua necessidade de manutenção, alienação e investimentos a realizar. Temos concluído todo um plano de investimentos em algumas máquinas e equipamentos. Este investimento será gradualmente realizado até finais de 2013, inserido como é óbvio na capacidade financeira da TUMG e da sua necessidade de amortizações, sem comprometer o lucro líquido que se pretende sempre alcançar.

No âmbito do Transporte Escolar e não urbano, conjuntamente com a Câmara Municipal, efectuou-se uma candidatura a aquisição de 5 viaturas novas, em estrito respeito pelo ambiente. Esta candidatura (80% comparticipada por fundos comunitários), permitirá reduzir substantivamente os custos de sub-contratações, tornando a TUMG totalmente autónoma, neste segmento de actividade, e prestadora directa de serviços ao município. Será previsível que até ao primeiro trimestre de 2012 este processo estará totalmente concluído e em funcionamento.

Foi iniciado, concluído e aprovado todo o estudo de implementação de estacionamento pago de duração limitada para a cidade da Marinha Grande, conforme explicação detalhada no ponto 1.c deste documento.

Como nota final, gostaríamos de informar o accionista que encetamos negociações para aquisição de uma sede própria no centro tradicional da Marinha Grande para permitir todo o conforto aos nossos cerca de 1.700 utentes que mensalmente se deslocam às nossas instalações para renovação de passes e aquisição de bilhetes. O espaço que iremos adquirir e modernizar com fundos próprios permitirá trazer as pessoas ao centro da cidade, separar claramente a empresa municipal do seu accionista, que desde a fundação nos tem “emprestado” espaços para o nosso funcionamento.

[Handwritten signatures and initials]

Em conclusão pensamos ter trabalhado de forma sustentada para atingir patamares de modernidade e eficácia de serviços, trilhando um plano que contamos firmemente ter totalmente concluído em 2013. O nosso objectivo central é a gradual e progressiva autonomização financeira da empresa face ao accionista, reduzindo o volume dos custos de transporte da Câmara Municipal, aumentar os nossos serviços, sempre numa perspectiva de rentabilidade e criação de riqueza.

1 – ACTIVIDADE

A empresa tem consignado nos estatutos como seu *objecto social*:

- a) - A prestação do serviço público de transporte colectivo de passageiros;
- b) - A gestão de máquinas e viaturas que para esse fim lhe sejam destinadas pelo município;
- c) - A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

1.a – SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLECTIVO DE PASSAGEIROS

1.a.1 – Transportes escolares e outros

A prestação de serviços de **Transporte Colectivo de Passageiros** ao município neste âmbito, foram sustentados por um “Contrato Prestação de Serviços”, no qual a Câmara considerou como sua necessidade em 2010, a realização de **237.500 kms**, distribuídos pelos seguintes segmentos de actividade:

- <i>Serviços prestados às escolas/alunos:</i>	196.500 kms
- <i>Alugueres subsidiados p/CMMG a 100%:</i>	27.000 kms
- <i>Alugueres subsidiados p/CMMG a 50%:</i>	14.000 kms



Handwritten initials and signatures in blue ink, including a large stylized 'D' and 'F', and other smaller marks.

O valor do contrato celebrado corresponde a uma receita no valor total de **304.000 €** (trezentos e quatro mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Os serviços prestados às escolas/alunos, nomeadamente os “*transportes casa/escola/casa*”, as deslocações para os “*locais das refeições*”, “*actividades culturais e desportivas*”, bem como as “*actividades circum-escolares*” dos alunos do ensino básico no concelho, teve uma realização de **99,88%**, sendo o desvio verificado de **- 235 kms**, puramente residual.

Nos restantes serviços, “*alugueres subsidiados*” pela câmara a **100%** e **50%**, a produção ocorrida foi respectivamente de **117.06%** e **79,10%**, que corresponde a um desvio em relação ao previsto **+ 4.607 Kms** e **-2.926 kms**, nas rubricas em questão.

O total de quilómetros executados, no âmbito do **Contrato Prestação Serviços** em questão, foi de **238.946 Kms**, ou seja **+1.446 kms** (+0.61%) em relação ao total dos quilómetros contratados. Face ao valor do contrato, o desvio verificado é irrelevante, tendo a empresa considerado, por acto comercial, o valor em causa anulado.

A aplicação da Lei nº 13/2006 de 17 de Abril, que regulamenta o transporte de crianças em veículos automóveis de passageiros, e a insuficiência de frota própria, obriga a contratar no mercado da especialidade as viaturas necessárias para, em complemento com as da TUMG, assegurar os serviços comprometidos com o município no Contrato Prestação de Serviços.

Nos serviços efectuados, cerca de **65%** foram realizados pelo transportador contratado pela empresa, por concurso público para o efeito, tendo os restantes **35%** sido da responsabilidade da TUMG, através da utilização da sua frota de autocarros.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'D', 'B', 'est', and 'G'.

1.a.2 – Transportes Urbanos

A empresa manteve, no período em referência, a actividade nas linhas com que iniciou o serviço - *Linha Azul* e *Linha Verde* -, tendo procedido no primeiro semestre, como foi já referido no relatório semestral, a alguns reajustamentos pontuais que se apontam:

- **Linha “Azul”**: Extensão do serviço aos sábados, nos dois sentidos, até ao Mercado;
Alteração de trajecto, passando a circular pela Rua Infante D. Henrique, com a introdução de uma paragem, em cada sentido, na zona do Parque da Cerca.
- **Linha “Verde”**: Circulação pela Zona Industrial em todos os horários efectuados.

Na continuidade do objectivo de se criarem melhores condições para os utentes, iniciou-se, no fim deste ano, a colocação de abrigos nas paragens com maior movimento, privilegiando-se os locais onde se situam as instalações sociais, escolares, organismos oficiais e áreas comerciais.

A receita, da actividade transporte público urbano desenvolvido pela empresa no período em análise, foi obtida pela venda dos títulos de transporte e da execução do Contrato de Gestão celebrado com a Câmara, resultado este do facto de *“que será ao município que competirá cobrir o diferencial entre o preço social da tarifa a praticar e o seu preço real”*, ocorrendo na seguinte proporção:

(Handwritten signatures and initials)

QUADRO - A

	<u>RECEITA</u>	<u>%</u>
C.M.M.G. (Contrato Gestão)	177.914,84€	62,6
T.U.M.G. (Passes – bilhetes – cartões)	106.462,76€	37,4
TOTAL	284.377,60€	100,0

O **QUADRO - B** apresenta o número de passageiros/viagem apurado no ano de 2010, seleccionado pelas duas linhas em operação e por trimestre.

QUADRO - B

VIAGENS/PASSAGEIRO

	<u>1º TRIM.</u>	<u>2º TRIM.</u>	<u>3º TRIM.</u>	<u>4º TRIM.</u>	<u>TOTAL</u>	<u>%</u>
LINHA VERDE	32.495	31.224	28.563	33.540	125.822	53,7
LINHA AZUL	26.723	27.327	25.089	29.186	108.325	46,3
TOTAL	59.218	58.551	53.652	62.726	234.147	100,0

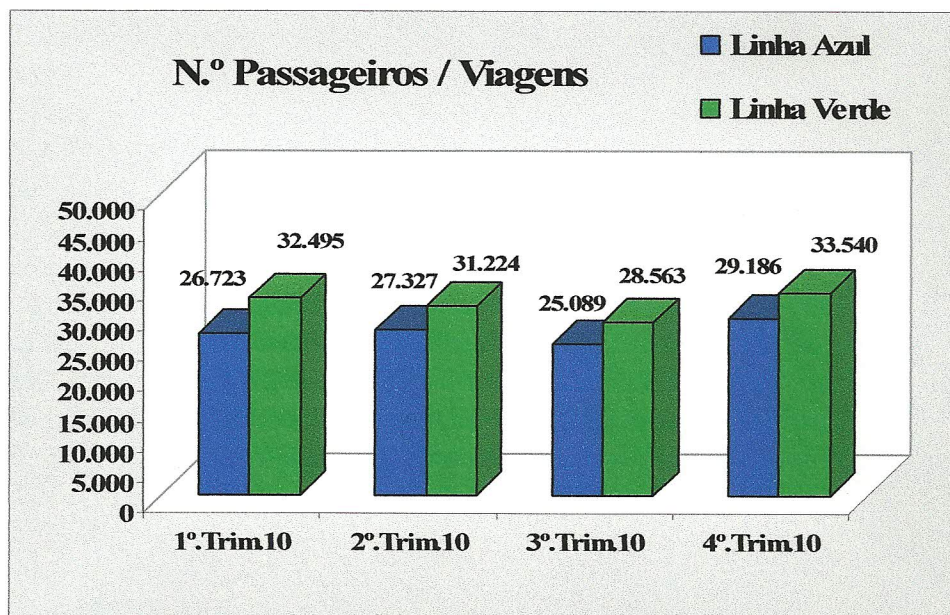
Média mensal (2010): 19.512 Viagem/Passageiro
Média mensal (Estudo Mobilidade): 21.901 Viagem/Passageiro

O número de viagens/passageiro realizado apresenta um desvio de **-11%** em relação ao valor previsto no estudo de mobilidade, na sua opção mais desfavorável.

[Handwritten signatures and initials]

A variação trimestral do número de passageiros/viagem é facilmente perceptível no **Gráfico - 1**, sendo ali de salientar o crescimento ocorrido no 4º trimestre do ano, quando comparado com os dois primeiros, podendo indiciar uma tendência positiva na utilização do transporte público a comprovar futuramente.

GRÁFICO - 1



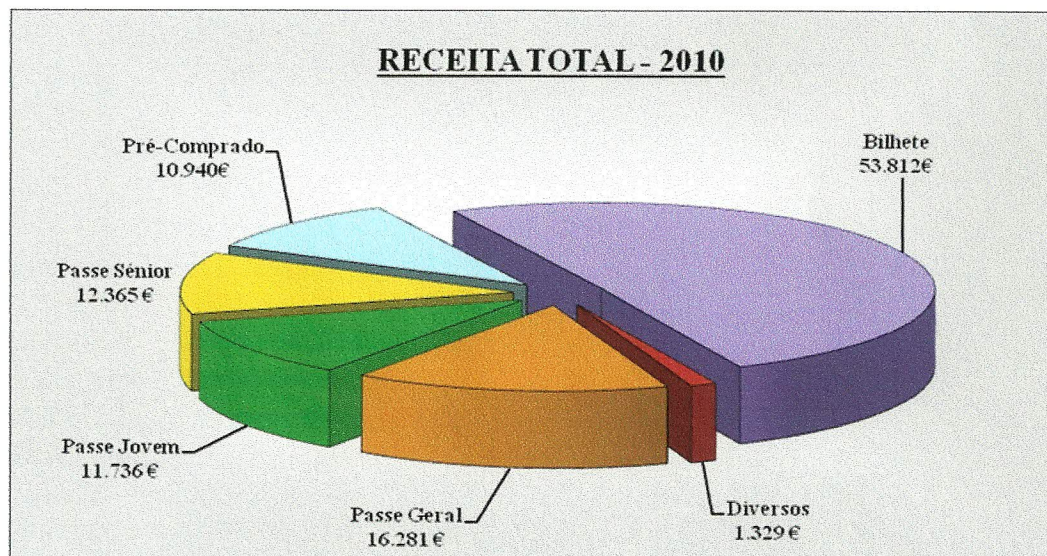
O 3º trimestre, sendo um período com escolas fechadas e época de férias da maioria da população, a redução verificada no número de passageiros transportados é normal.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

No **Gráfico - 2** é apresentada a distribuição da receita por título de transporte, podendo constatar-se que o **“bilhete a bordo”** é aquele com o maior peso, representando cerca de **50.5%** do valor total da receita operacional, que é de **106.462, 76€**.

No âmbito da cobrança a bordo haverá ainda que se considerar o título de transporte **“pré-comprado”**, o qual representa uma parcela de cerca de **10,3%** da receita. A soma das duas componentes representa uma receita **60,8%**, de cariz essencialmente aleatório, no conjunto da receita operacional.

GRÁFICO - 2



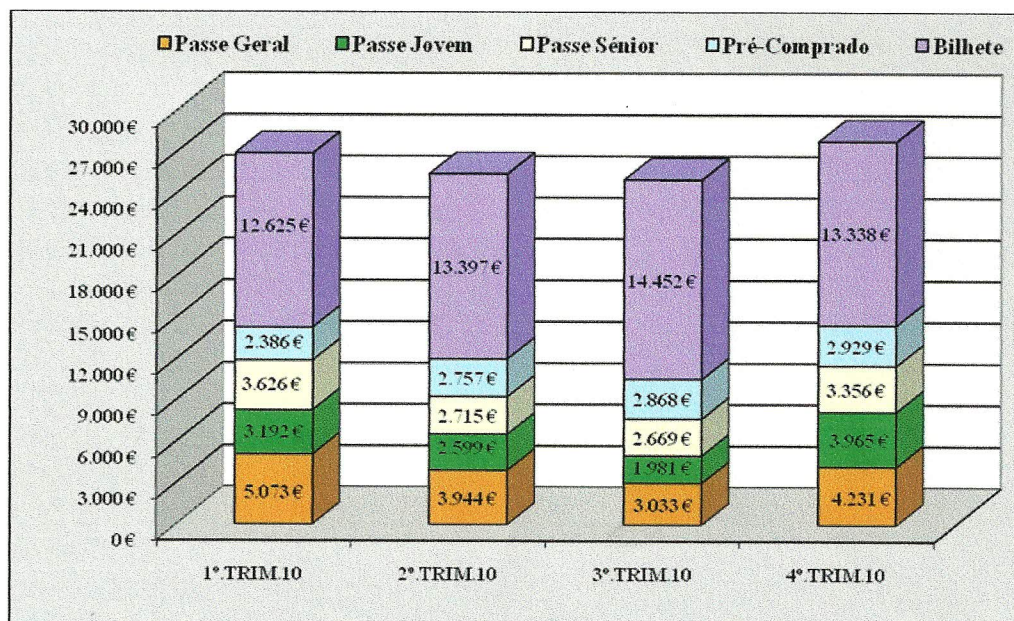
Handwritten notes:
 D
 B
 cat
 G

Por sua vez os **passes** registam na sua totalidade um valor da receita de cerca de **37,9%** do total, contribuindo o passe **“Jovem”** e **“Senior”** com um valor muito aproximado, **11,0%** e **11,6%** respectivamente, e o **“Geral”** com **15,3%**, sendo também este o de maior custo para o utente, com o dobro do valor dos restantes.

A receita da rubrica de **“diversos”**, que representa **1,3%** do total, deriva essencialmente da venda dos cartões aos utentes, para seu uso e carregamento mensal.

A repartição da receita pelos diversos tipos de tarifa está representada graficamente no **Gráfico - 3**, sendo ali perceptível o peso de cada um dos tipos de tarifa por trimestre, no período em análise.

GRÁFICO - 3





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'D', 'B.', 'af', and another signature.

1.b – Máquinas

O parque de máquinas da empresa é constituído por vinte unidades de movimentação de terras de tipologias diversas, das quais três se encontram imobilizadas com avarias graves, não sendo a sua recuperação economicamente viável.

Decidiu o Conselho de Administração proceder ao abate do equipamento em causa, estando a diligenciar no sentido de executar o respectivo processo de desinvestimento.

Contratualizou o município com a empresa, só os serviços de **14** das 17 máquinas do parque disponível, tendo para o efeito sido celebrado um contrato “in-house” de **“Fornecimento de serviços de aluguer de máquinas sem operador”**, por um período de **364 dias** (2 de Janeiro a 31 de Dezembro 2010), no valor de **237.473,60€**, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

A receita efectiva deste segmento da actividade foi de **229.893,50€**, sem IVA, o que representou um diferencial em relação ao valor contratado de **-7.580,10€**, ou seja **-3,2%**, devido a penalizações por imobilização do equipamento.

Tendo-se em atenção que o município prescindiu dos serviços de três máquinas do parque operacional existente, alegando em face do seu tempo de vida, a desadequação e obsolescência para o service, decidiu o Conselho de Administração proceder ao seu desinvestimento, caso se mantenha o desinteresse do seu unico potencial utilizador.

1.c – Estacionamento

Foi iniciado assim que a Administração tomou posse (15/03/2010), um amplo estudo com o objectivo final de criar zonas de estacionamento pago de duração limitada para a cidade da Marinha Grande.

Esta tarefa revelou-se difícil, face aos diversos interesses com os quais colidia directamente e pela multiplicidade de opções, no que respeita às diversas zonas possíveis para a sua implementação. Foi preocupação central da Administração encontrar uma solução que respeitasse três pressupostos básicos.

A saber:

1º Enquadrar uma proposta conjunta com a ACIMG, por forma a contribuir para a melhoria do comércio e serviços que evidenciasse grande procura, sendo o problema da dificuldade de estacionamento um dos factores essenciais na quebra de vendas verificada por este conjunto de comerciantes;

2º Os preços praticados fossem reduzidos e desta forma não onerar demasiado os potenciais utentes. Assim, a preocupação primeira com a implementação deste novo serviço seria disciplinar o estacionamento, garantindo a maior rotatividade possível de viaturas estacionadas, permitindo com isso o acesso facilitado às zonas de maior procura de comércio e serviços. Esta medida visava ainda o desincentivo ao parqueamento de longa duração e o aumento da utilização dos transportes urbanos pela população activa que trabalha diariamente na cidade da Marinha Grande. Neste contexto e depois de concluído todo o estudo, optamos por fazer coincidir no tempo o lançamento do alargamento das actuais linhas de Transporte Urbano (que servirão a cidade da Marinha Grande em cerca de 90%) com a implementação de zonas de estacionamento pago de duração limitada.



Handwritten initials and signatures in the top right corner, including a large 'D' and 'F', and a signature that appears to be 'af'.

3º Todas as zonas escolhidas para estacionamento pago, deveriam dentro das possibilidades físicas existentes, ser complementadas por zonas próximas, onde o estacionamento fosse totalmente gratuito. Foi assim construído todo um cenário, onde os lugares mais procurados seriam onerados a uma tarifa de 0.40 €/hora e que não distassem em mais de 100 metros de zonas alternativas gratuitas para estacionamento.

Após diversas opções analisadas e estando em conformidade com a vontade do accionista e da ACIMG, recolhemos diversos orçamentos para aquisição de parquímetros e sua manutenção permanente. Foram escolhidas diversas empresas com vasta experiência neste sector e dos contactos estabelecidos e das reuniões havidas melhorou-se substancialmente o trabalho final, cuja proposta foi apresentada na última reunião de Câmara de Dezembro de 2010. Este estudo foi devidamente acompanhado pela legislação que propusemos para enquadrar legalmente a implementação do estacionamento pago, sempre em respeito pelos direitos dos residentes na zona tradicional da Marinha Grande.

Assim e em conclusão, foi votada a proposta da TUMG e aprovada por maioria em reunião de executivo, criando desta forma 573 lugares pagos versus 1.156 lugares gratuitos. Como nota adicional, foi o regulamento proposto e igualmente aprovado na primeira reunião da Assembleia Municipal da Marinha Grande em Fevereiro de 2011.

Optou-se por inaugurar as novas linhas de Transporte Urbano que implicarão um aumento muito grande de utentes e áreas abrangidas em 01 de Julho de 2011. Tal como atrás mencionamos será exactamente nesse mesmo dia que o estacionamento pago entrará em vigor nas zonas escolhidas para o efeito.



Handwritten initials and signatures in blue ink, including a circled 'D', 'B.', 'of', and a signature.

Foi iniciado e concluído em 9 meses um processo que não só fazia parte das obrigações estatutárias da TUMG, como apresentava muitos anos de atraso. Com um preço simbólico de 0.40 €/hora será financiado o Transporte Urbano desonerando gradualmente a comparticipação financeira camarária com os passes subvencionados, contribuindo desta forma para a autonomia financeira da empresa e redução substantiva dos gastos com o transporte assumidos pelo accionista.

2 – RECURSOS HUMANOS

A 31 de Dezembro de 2010, a empresa tinha no seu quadro oito trabalhadores, dos quais dois na situação de cedência de interesse público por parte da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Por deliberação da Câmara, sob proposta do seu Presidente, dois dos trabalhadores da empresa foram nomeados como vogais do Conselho de Administração da empresa.

3 – ADMINISTRAÇÃO

Por deliberação de Câmara de 21 de Janeiro de 2010, sob proposta do senhor Presidente, foi nomeado o novo Conselho de Administração da TUMG, EM, com a seguinte composição:

Presidente: Dr. Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa
Vogal: Eng.º João António de Jesus Pereira
Vogal: Francisco Fernando Gaspar Roldão

que tomou posse aos quinze dias do mês de Março de 2010.

Os membros do conselho de Administração não têm participações noutras entidades.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and a smaller one on the right.

Ainda por deliberação de Câmara de 21 de Janeiro de 2010, foi nomeado como Fiscal Único da empresa TUMG – EM o Dr. João Carlos Cunha da Cruz, Revisor Oficial de Contas, e como Fiscal Único suplente o Dr. Fernando de Jesus Amado dos Santos, Revisor Oficial de Contas, tendo tomado posse a 18 de Março de 2010.

- INVESTIMENTO

O investimento em imobilizado foi de **48.483,81** euros distribuídos do seguinte modo:

Rubricas	2010	2009
Activos Tangíveis		
Equipamento básico	43.521,56	44,91
Equipamento administrativo	4.965,25	25.037,08
Outras imobilizações corpóreas		108,33
Investimento total	48.483,81	25.190,32

5 - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Introdução

Diversos factores complementares surgidos em 2010, trouxeram implicações na vida da nossa empresa, com reflexos naturalmente no plano económico e financeiro que se repercutiram neste exercício implicando variações relativamente ao previsto no plano de actividades.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'D.F.', 'of', and 'G.R.'.

Financiamento

Em 2010 a empresa foi auto-suficiente para suprir as suas necessidades correntes de tesouraria, não tendo sido necessário recorrer a capitais alheios para esse fim.

Rendimentos

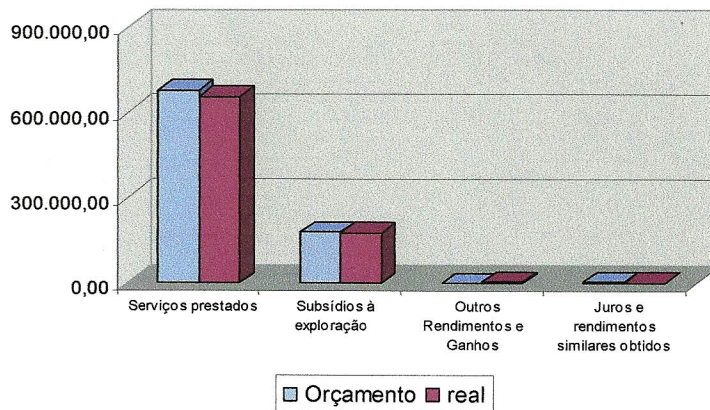
Para o ano de 2010 a nossa previsão orçamental foi de 859.683 euros. No entanto os valores realizados foram de 839.876 euros

Rubricas	2010		
	Orçamento	Real	Varição
Rendimentos e Ganhos			
Serviços prestados	677.133,72	654.705,19	-3,31%
Subsídios à exploração	178.412,00	177.914,85	-0,28%
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	4.566,22	
Juros e rendimentos similares obtidos	4.137,64	2.690,33	-34,98%
Total	859.683,36	839.876,59	-2,30%

Da análise deste mapa, constata-se uma redução não muito significativa nos rendimentos, corresponde a uma diferença percentual de 2,3%.

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes do réditio, para o período em análise.

Handwritten initials and signatures in blue ink, including a large 'D' and 'B'.

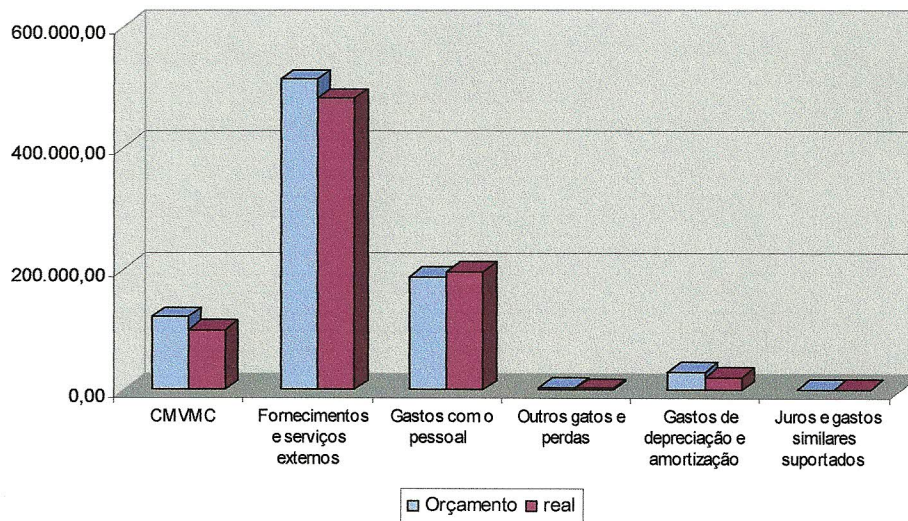


Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2010 foram de 858.283 euros. O realizado foi de 801.947 euros. Verifica-se um desvio de 6,56%.

Rubricas	2010		
	Orçamento	Real	Varição
Gastos e perdas			
CMVMC	120.165,00	98.879,40	-17,71%
Fornecimentos e serviços externos	513.850,00	480.386,45	-6,51%
Gastos com o pessoal	187.521,84	195.639,70	4,33%
Outros gastos e perdas	5.301,36	2.758,32	-47,97%
Gastos de depreciação e amortização	29.915,28	22.856,46	-23,60%
Juros e gastos similares suportados	1.529,52	1.427,46	-6,67%
Total	858.283,00	801.947,79	-6,56%

Seguindo o mesmo esquema da análise dos rendimentos, apresentamos o gráfico das diversas rubricas de gastos incorridos no ano de 2010, comparativamente com o orçamentado



Resultado

Como consequência dos rendimentos e gastos acima analisados, obtêm-se um resultado positivo antes de impostos de 37.928,80 euros, conforme mapa abaixo

Rubricas	Orçamento	2010	2009
Rendimentos	859.683,36	839.876,59	687.988,15
Gastos	858.283,00	801.947,79	690.457,26
Resultado antes de impostos	1.400,36	37.928,80	-2.469,11

6 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

Rubricas	2010
Resultados transitados	26.000,00
Reserva legal	3.440,17
Total	29.440,17

7 – FACTOS RELEVANTES

A empresa não tem dívidas ao estado nem à segurança social.

Não houve qualquer facto que, ocorrido após o termo do exercício económico, mereça destaque.

Não houve autorização concedida a qualquer Administrador para negociar com a sociedade em actos fora do próprio objectivo da sociedade, nem lhes foram concedidos empréstimos, ou créditos, efectuados pagamento por conta deles, prestadas garantias, nem facultados adiantamento de remunerações.

Marinha Grande, 15 de Março de 2011

TOC nº 10 677



Fernando J Carvalho

Conselho de Administração

Presidente



Rui António Laborinho

Teodósio Pedrosa

Vogal



Paulo Jorge Campos

Vicente

Vogal



Francisco Gaspar

Roldão

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

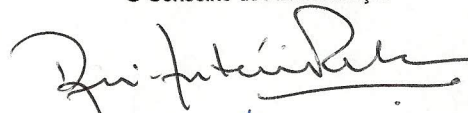
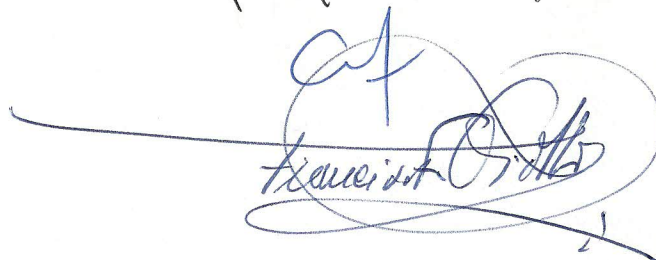
euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2010	31-12-2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	61,119.90	35,492.55
Activos intangíveis		0.00	0.00
		61,119.90	35,492.55
Activo Corrente			
Inventários	19	0.00	2,531.27
Clientes	28.1	36,854.44	47,627.53
Estados e outros entes públicos	31.1	6,205.51	20,107.48
Outras contas a receber	28.1	0.00	189.72
Diferimentos	31.2	2,333.53	55.29
Caixa e depósitos bancários	28.3	725,311.93	608,763.01
		772,705.41	679,274.30
Total do activo		833,825.31	714,766.85
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		338,000.00	338,000.00
Reservas legais		16,406.73	16,406.73
Resultados transitados		104,240.95	110,275.76
Outras variações no capital próprio		0.00	0.00
Resultado líquido do período		29,440.17	-2,469.11
Total do capital próprio	31.3	488,087.85	462,213.38
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10/28.4	96,580.35	119,451.83
		96,580.35	119,451.83
Passivo corrente			
Fornecedores	28.1	176,262.81	59,502.42
Estado e outros entes públicos	31.1	20,355.51	10,050.11
Financiamentos obtidos	10/28.4	22,849.04	22,656.84
Outras contas a pagar	28.1	28,311.22	15,341.38
Diferimentos	31.2	1,378.53	25,550.89
		249,157.11	133,101.64
Total do passivo		345,737.46	252,553.47
Total do capital próprio e do passivo		833,825.31	714,766.85

O Técnico Oficial
de Contas



O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31-12-2010

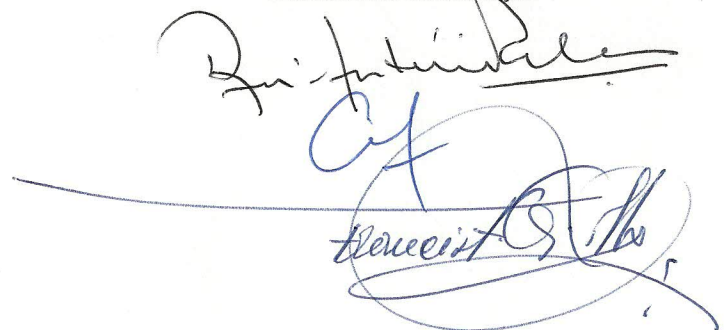
euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	21	654,705.19	279,730.72
Subsídios à exploração	21	177,914.85	399,992.82
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-98,879.40	-73,416.50
Fornecimentos e serviços externos		-480,386.45	-395,244.26
Gastos com o pessoal	29	-195,639.70	-139,150.18
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28.2	0.00	-179.10
Outros rendimentos e ganhos	21	4,566.22	697.23
Outros gastos e perdas		-2,758.32	-4,078.54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		59,522.39	68,352.19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-22,856.46	-74,513.42
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		36,665.93	-6,161.23
Juros e rendimentos similares obtidos	21	2,690.33	7,567.38
Juros e gastos similares suportados	11	-1,427.46	-3,875.26
Resultado antes de impostos		37,928.80	-2,469.11
Imposto sobre o rendimento do período	26	-8,488.63	0.00
Resultado líquido do período		29,440.17	-2,469.11
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

O Técnico Oficial
de Contas



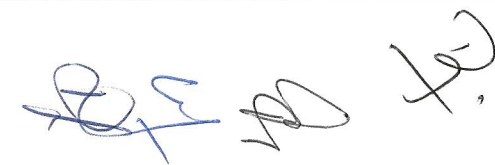
O Conselho de Administração

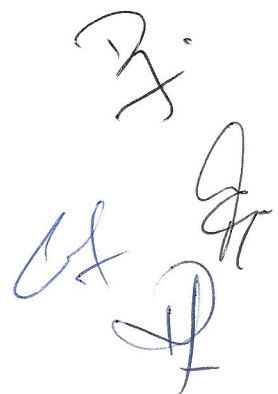


DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS ANUAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2009 E 2010

euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2009	338,000.00	0.00	0.00	0.00	11,562.80	0.00	66,975.76	0.00	0.00	0.00	48,143.93	464,682.49	0.00	464,682.49
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Outras alterações reconhec. no capital próprio					4,843.93		43,300.00				-48,143.93			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											-2,469.11			
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Entradas para cobertura de perdas														
POSIÇÃO NO FIM DE 2009	338,000.00	0.00	0.00	0.00	16,406.73	0.00	110,275.76	0.00	0.00	0.00	-2,469.11	462,213.38	0.00	462,213.38
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2010	338,000.00	0.00	0.00	0.00	16,406.73	0.00	110,275.76	0.00	0.00	0.00	-2,469.11	462,213.38	0.00	462,213.38
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Outras alterações reconhec. no capital próprio					0.00		-2,469.11							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											29,440.17			
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições							6,592.72							
Entradas para cobertura de perdas							-10,158.42							
Outras operações														
POSIÇÃO NO FIM DO 2010	338,000.00	0.00	0.00	0.00	16,406.73	0.00	104,240.95	0.00	0.00	0.00	29,440.17	488,087.85	0.00	488,087.85





DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		921,177.11	802,718.11
Pagamentos a fornecedores		-531,830.14	-538,570.98
Pagamentos ao pessoal		-194,620.06	-135,721.64
Caixa gerada pelas operações		194,726.91	128,425.49
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		17,490.64	-20,107.48
Outros recebimentos/pagamentos		-8,410.67	4,189.09
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		186,316.24	112,507.10
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-48,483.81	-25,190.32
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-48,483.81	-25,190.32
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-22,679.28	-21,415.11
Juros e gastos similares		1,395.77	-3,878.25
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-21,283.51	-25,293.36
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		116,548.92	62,023.42
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		608,763.01	546,739.59
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	725,311.93	608,763.01

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ANEXO

1 – Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM

1.2 – Sede

Rua do Matadouro, s/n, 2430-257 Marinha Grande

1.3 – NIPC

505 849 348

1.4 – Natureza da Actividade

A TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande é uma empresa Municipal, criada em 5 de Novembro de 2001, cujos estatutos forma publicados no DR nº 285 de 10 de Dezembro de 2002. A Tumg presta serviços na área do Município da Marinha Grande de Transportes Públicos de Passageiros.

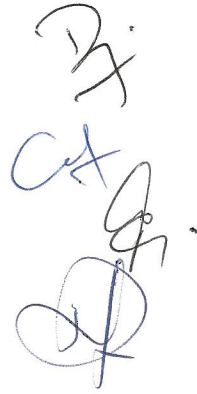
2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no nº 2 do artigo 3º. Desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da TUMG.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC



2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do sistema de normalização contabilística.

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Até 31 de Dezembro de 2009, a TUMG elaborou e publicou demonstrações financeiras, de acordo com os PCGA anteriores previstos no POC aplicável à generalidade das empresas, com as devidas adaptações em função das necessidades de relato financeiro da TUMG. O balanço as demonstrações de resultados por naturezas, demonstração das alterações nos capitais próprios e da demonstração do fluxo de caixa, relativas ao período de 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustadas de forma a estarem de acordo com as NCRF.

a) Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados

Os efeitos no balanço em 1 de Janeiro de 2009 da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas, em conformidade com o SNC em vigor em 1 de Janeiro de 2010, detalham-se da seguinte forma:

Balanço em 1 de Janeiro de 2010	POC	Ajustamentos e reclassificações	SNC
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	35.492,55		35.492,55
Activos intangíveis	0,00		0,00
	35.492,55	0,00	35.492,55
Activo Corrente			
Inventários	2.531,27		2.531,27
Clientes	47.627,53		47.627,53
Estados e outros entes públicos	20.107,48		20.107,48
Outras contas a receber	0,00	189,72	189,72
Diferimentos	245,01	-189,72	55,29
Caixa e depósitos bancários	608.763,01		608.763,01
	679.274,30	0,00	679.274,30
Total do activo	714.766,85	0,00	714.766,85
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	338.000,00		338.000,00
Reservas legais	16.406,73		16.406,73
Resultados transitados	110.275,76		110.275,76
Resultado líquido do período	-2.469,11		-2.469,11

Total do capital próprio	462.213,38	0,00	462.213,38
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	119.451,83		119.451,83
	119.451,83	0,00	119.451,83
Passivo corrente			
Fornecedores	59.502,42		59.502,42
Estado e outros entes públicos	10.050,11		10.050,11
Financiamentos obtidos	22.656,84		22.656,84
Outras contas a pagar	60,76	15.280,62	15.341,38
Diferimentos	40.831,51	-15.280,62	25.550,89
	133.101,64	0,00	133.101,64
Total do passivo	252.553,47	0,00	252.553,47
Total do capital próprio e do passivo	714.766,85	0,00	714.766,85

B.
at
D.

b) Reconciliação do Capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o Capital próprio segundo as CNRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores:

A reconciliação entre os capitais próprios, de acordo com o POC e o SNC, em 1 de Janeiro de 2009, detalha-se da seguinte forma:

Reconciliação do capital próprio	Capital	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Cap. próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	338.000,00	11.562,80	66.975,76	48.143,93	464.682,49
Outras variações	0,00	4.843,93	43.300,00	-50.613,04	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (SNC)	338.000,00	16.406,73	110.275,76	-2.469,11	462.213,38

c) Reconciliação do resultado relatado segundo os PCGA anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período
A reconciliação do resultado líquido de acordo com o POC e o SNC, em 31 de Dezembro de 2009, detalha-se da seguinte forma:

Reconciliação do resultado líquido do período	31-12-2009
POC	-2.469,11
SNC	-2.469,11

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Decorrente dos ajustamentos indicados, a demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, reexpresso de acordo com o SNC, é como segue:

Rendimentos e gastos	POC	Ajustamentos e Reclassificações	SNC
Vendas e serviços prestados	279.730,72		279.730,72
Subsídios à exploração	399.992,82		399.992,82
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-73.416,50		-73.416,50
Fornecimentos e serviços externos	-395.244,26		-395.244,26
Gastos com o pessoal	-139.150,18		-139.150,18
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	-179,10	-179,10
Outros rendimentos e ganhos	0,00	697,23	697,23
Outros gastos e perdas	-4.075,55	-2,99	-4.078,54
Resultado antes de depreciações, gastos financiam. impostos	67.837,05	515,14	68.352,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-74.692,52	179,10	-74.513,42
Resultado operacional (antes gastos financiamento impostos)	-6.855,47	694,24	-6.161,23
Juros e rendimentos similares obtidos	8.264,61	-697,23	7.567,38
Juros e gastos similares suportados	-3.878,25	2,99	-3.875,26
Resultado antes de impostos	-2.469,11	0,00	-2.469,11
Imposto sobre o rendimento do período	0,00		0,00
Resultado líquido do período	-2.469,11	0,00	-2.469,11

d) As primeiras demonstrações financeiras de acordo com o NCRF são as demonstrações apresentadas.

P.
D. G.
F.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da TUMG, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	entre 3 e 8 anos
Outas instalações de uso específico	10 anos
Total	

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem. Os activos fixos tangíveis em curso representam activos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes activos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

B.
cf
D
G

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo ao activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o fifo, como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

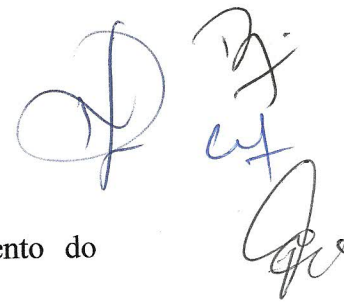
RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecida líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber. O rédito da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.



IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo de estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria colectável estimada.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vecem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “ outras contas a receber e a pagar” e “ deferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

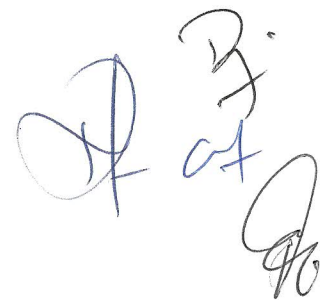
Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídio de férias e natal.

As obrigações de correntes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento dum passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.



3.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da TUMG.

4 – FLUXOS DE CAIXA

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	500,00	corresponde ao saldo do fundo fixo de caixa
Depósitos à ordem	12	224.811,93	
Depósitos a prazo	13	500.000,00	
Total		725.311,93	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da TUMG.

5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detectados erros materialmente relevantes, relativamente ao período anterior, não havendo por isso necessidade de correcção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2009, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

6 – PARTES RELACIONADAS

Não se aplica

7 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

A empresa não tinha em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010, activos intangíveis.

Handwritten signatures and initials, including 'DF' and 'af'.

8 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Activos Tangíveis Brutos					31-12-2010
	31-12-2009	reavaliação	aumentos	alienações	transferên	
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e out construcoes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento basico	362.617,60	0,00	43.521,56	0,00	0,00	406.139,16
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ferramentas e utensilios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	44.118,59	0,00	4.962,25	0,00	0,00	49.080,84
Outros activos tangivesi	108,33	0,00	0,00	0,00	0,00	108,33
Investim curso activos tang	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	406.844,52	0,00	48.483,81	0,00	0,00	455.328,33
Depreciações acumuladas	371.351,97		22.856,46			394.208,43
Perdas por imparidade						
Depreciação acumulada	371.351,97	0	22.856,46	0	0	394.208,43
Activo Tangível Liquido	35.492,55	0,00	25.627,35	0,00	0,00	61.119,90

9 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Não se aplica

Handwritten signatures and initials: D.F., cf, and another signature.

10 – LOCAÇÕES:

Locação financeira

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de activo:

Activos não correntes Activo fixo tangível	Valor de aquisição	depreciações acumuladas	valor líquido
3 viaturas pesadas de passageiros	221.262,00	221.262,00	0,00

A depreciação incidiu sobre o valor de aquisição.

b) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2011	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
3 viaturas pesadas de passageiros	22.849,04	96.580,35	0,00	119.429,39

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades reflectidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:



Descrição	Ano 2010	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
3 viaturas pesadas de passageiros	22.656,84	96.580,35	22.871,48	142.108,67

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

11 – CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O custo dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo e a quantia reconhecida no período foi proveniente de:

Juros e gastos similares suportados	2010	2009
Juros Suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos	1.395,77	3.775,02
Outros	31,69	100,24
	1.427,46	3.875,26


 B.
 at


12 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:

Não se aplica.

13 – IMPARIDADE DE ACTIVOS

Não se aplica

14 – INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Não se aplica

15 – CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS

Não se aplica

16 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Não se aplica

17 – EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Não se aplica

18 – AGRICULTURA

Não se aplica

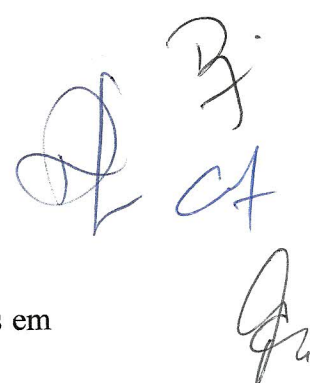
19 – INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas de Inventários	2010			2009		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	2.531,27	0,00	2.531,27
Total	0,00	0,00	0,00	2.531,27	0,00	2.531,27



Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2010		2009	
	Mercadorias	materias-primas subsid e consumo	Mercadorias	materias-primas subsid e consumo
Saldo inicial	2.531,27	0,00	0,00	0,00
Compras	168,75	96.231,56	2.531,27	73.416,50
Regularizações	0,00	52,18	0,00	0,00
saldo final	0,00	0,00	2.531,27	0,00
Gastos do exercício	2.700,02	96.179,38	0,00	73.416,50

20 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não se aplica

21 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos	2010	2009	Varição
Prestação de serviços			
Aluguer de Máquinas	229.893,50	224.665,00	5.228,50
Aluguer de Autocarros	318.348,93	15.907,73	302.441,20
Transportes Urbanos de Passageiros	106.462,76	39.157,99	67.304,77
Subsídios à exploração			
Contrato de Gestão	177.914,85	399.992,82	-222.077,97
Outros rendimentos e ganhos			
Outros rendimentos e ganhos	4.566,22	697,23	3.868,99
Juros			
Depósitos bancários	2690,33	7567,38	-4.877,05
Total	839.876,59	687.988,15	151.888,44

A rubrica de Subsídios à exploração para os exercícios de 2010 e 2009 são provenientes de:

Subsídios à exploração	2010	2009
Contrato Programa	24.207,34	303.016,36
Contrato de Gestão	153.707,51	96.976,46
Total	177.914,85	399.992,82

Handwritten signature and initials in blue ink.

22 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

22.2 – Para cada classe de passivo contingente à data do balanço

A Tumg tem actualmente em curso um processo de contencioso pré contartual, que corre termos no TAF de Leiria com o nº. 1028/10.8 BEBRG-A.

De acordo com a informação escrita prestada pelos nossos advogados as probabilidades de não termos vencimento na acção e a Tumg ser condenada ao pagamento de indemnização é uma “obrigação provável ou possível”.

23 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Não se aplica

24 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não se aplica.

25 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Março de 2011.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

26 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos ecercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser detalhadas como segue:

A reconciliação de resultado antes de imposto para o imposto de exercício é como segue:

	2010	2009
Imposto sobre o rendimento		
Resultados antes de impostos	37.928,80	-2.469,11
Taxa nominal de imposto	14,00%	
Taxa nominal de imposto	26,50%	0,00
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	8.488,63	0
Imposto diferido	0	0
	8.488,63	0,00

27 – MATERIAS AMBIENTAIS

Não se aplica



28 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

28.1 – Fornecedores/Clientes/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Activos e passivos correntes	2010			2009		
	Activos Financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos Financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Cientes	41.493,85	2.639,41	38.854,44	50.266,94	2.639,41	47.627,53
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	189,72	0,00	189,72
Total do Activo	41.493,85	2.639,41	38.854,44	50.456,66	2.639,41	47.817,25
Passivos						
Fornecedores	176.262,81	0,00	176.262,81	59.502,42	0,00	59.502,42
Outras contas a pagar	28.311,22	0,00	28.311,22	15.341,38	0,00	15.341,38
Total do passivo	204.574,03	0,00	204.574,03	74.843,80	0,00	74.843,80

28.2 – Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efectuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Dívida de Clientes	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos Clientes	%
superior a 25 meses	2.639,41	2.639,41	100%
Total	2.639,41	2.639,41	

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

28.3 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

	2010	2009
Caixa e depósitos bancários		
Activos		
Caixa	500,00	620,00
Depósitos à ordem	224.811,93	108.143,01
Outros depósitos bancários	500.000,00	500.000,00
Total	725.311,93	608.763,01

28.4 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de «Financiamentos obtidos», por via da locação financeira (ver nota 10), apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	2010		2009	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Locação Financeira				
Caixa Leasing	22.849,04	96.580,35	22.656,84	119.451,83
Total		119.429,39		142.108,67


29 – BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

	2010	2009
Gastos com o pessoal		
Remunerações	163.851,05	120.001,00
Encargos sobre remunerações	27.296,82	17.303,83
Seguros de acidentes de trabalho	2.406,17	1.785,35
Outros gastos	2.085,66	60,00
Total	195.639,70	139.150,18

30 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não se aplica



31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “ Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2010	31-12-2009
Estado e outros entes públicos	Corrente	Corrente
Activos		
Imposto sobre o rendimento pagamento por conta	486,54	18.594,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	616,84	1.513,48
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	5.102,13	
Total	6.205,51	20.107,48
Passivos		
Imposto sobre o rendimento estimado	8.488,63	0,00
Retenção de Imposto sobre o rendimento	3.498,54	2.119,40
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	3.067,12	3.765,33
Contribuições para a segurança social	4.382,94	3.115,50
Contribuições para a Caixa Geral de aposentações	918,28	1.049,88
Total	20.355,51	10.050,11

31.2 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Deferimentos apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2010	31-12-2009
Deferimentos	Corrente	Corrente
Activos		
Gastos a Reconhecer		
Plataforma Electrónica	2140,46	
Seguros	193,07	55,29
Total	2.333,53	55,29
Passivos		
Rendimentos a Reconhecer		
Passes e cartões	1.378,53	25.550,89
Total	1.378,53	25.550,89

31.3 – Capitais próprios

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de capitais próprios apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2010	31-12-2009
Capitais próprios		
Capital próprio		
Capital realizado	338.000,00	338000
Reservas legais	16.406,73	16.406,73
Resultados transitados	104.240,95	110.275,76
Resultado líquido do período	29.440,17	-2.469,11
Total	488.087,85	462.213,38

Marinha Grande, 15 de Março de 2011

TOC nº 10/677

Fernando J Carvalho

Conselho de Administração

Presidente

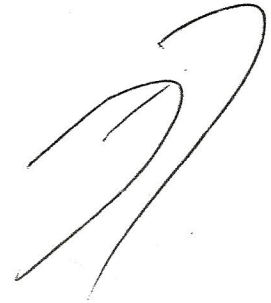
Rui António Laborinho
Teodósio Pedrosa

Vogal

Paulo Jorge Campos
Vicente

Vogal

Francisco Gaspar
Roldão



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução:

1. Examinamos as demonstrações financeiras da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 833.825,31 euros e um total de capital próprio de 488.087,85 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 29.440,17 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa, do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo..

Responsabilidades:

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

1

Âmbito:

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais:

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase:

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

9.1 A empresa adoptou em 01 de Janeiro de 2010 as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e que constituem uma alteração de paradigma do relato financeiro, com o impacto divulgado no ponto 2.4 do Anexo. A data de adopção referida implica que o comparativo apresentado para o exercício de 2009 tenha sido "reexpresso" de POC para SNC, garantindo assim a comparabilidade do relato financeiro, conforme o divulgado no ponto 2.3 do Anexo, pelo que devem tais factos ser tidos em conta pelos utilizadores destas demonstrações financeiras.

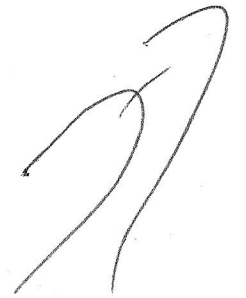


Marinha Grande, 31 de Março de 2011

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda

SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2010

Exmos. Accionistas

da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM

De acordo com o disposto no art.º 28.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e no cumprimento das funções de Fiscal Único da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, procedemos à fiscalização dos actos da Administração da sociedade, averiguamos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da sociedade, procedemos à verificação periódica dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, efectuamos testes por amostragem às transacções e saldos e levamos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Durante o exercício e no desempenho das funções que nos são cometidas, procedemos, com resultados satisfatórios, e, com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

1

O Relatório de Gestão traduz a actividade desenvolvida neste exercício e a evolução previsível dos negócios da sociedade. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem o resultado das operações da sociedade e os seus fluxos de caixa.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo e conduzem a uma adequada avaliação do património social.

Verificamos que os Instrumentos de Gestão Previsional para o exercício de 2011 ainda não foram submetidos à Câmara Municipal da Marinha Grande para serem aprovados, pelo que recomendamos a regularização no mais curto espaço de tempo desta situação.

Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual consideramos parte integrante deste relatório.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da Sociedade, pelo que formulamos o seguinte parecer:

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção fiscalizadora de TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, nos termos do artigo 28.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e do contrato de sociedade, em resultado da qual somos de parecer que:

- a) Merecem aprovação o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2010;
- b) Merece aprovação a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- c) Procedam à apreciação da Administração e Fiscalização da sociedade.

2

Marinha Grande, 31 de Março de 2011

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda

SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228